

## ARRAIAS DE RIO DE CONTAS: UMA COMUNIDADE DE COR\*

Marcos Luciano Lopes Messeder\*\*

Marco Antonio Matos Martins\*\*\*

### INTRODUÇÃO

Os estudos antropológicos e sociológicos têm dedicado especial atenção aos problemas teóricos relativos à elaboração das identidades coletivas. Essa discussão se constrói com referência a realidades empíricas em muito diferenciadas. De uma maneira geral, se observarmos os trabalhos desenvolvidos sobre coletividades negras em ambientes urbanos, particularmente na Bahia, perceberemos que as análises incidem recorrentemente sobre as dimensões da religiosidade e das expressões lúdicas, tratando-as como referências fundamentais para as demarcações das fronteiras desses grupos na cidade.

A partir da década de oitenta, um conjunto de trabalhos - nenhum na Bahia - tem sido desenvolvido sobre populações negras em contextos rurais (Baiochi, 1983; Bandeira, 1988; Monteiro, 1985; Queiroz, 1983, entre outros). Estes estudos articulam-se à ampla problemática das identidades sociais e mantêm entre si vínculos teóricos estreitos, buscando apoiar-se em um quadro conceitual comum. Neste sentido, a ênfase analítica recai sobre a organização social em termos mais gerais, notadamente sobre os elementos que conformam a especificidade da reprodução sócio-cultural. As comunidades investigadas são enquadradas na categoria de "bairro rural", que, por sua vez, guarda pertinência com o local de residência, marcada por fortes laços vicinais e tendência acentuadamente endogâmica. A organização econômica remete-se a um conjunto de práticas características dos agrupamentos camponeses, a unidade doméstica desempenhando as funções de unidade produtiva.

A etnografia completa deste trabalho encontra-se concluída e disponível no PPPINB/Mestrado em Sociologia. A etapa de campo contou com a colaboração de duas estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais da UFBA: Amélia T.S.R. Maraux e Suzana M. Maia.

Mestrando em Sociologia e pesquisador do PPPINB.

Pesquisador do PPPINB/Mestrado em Sociologia.

*Caderno CRH. Suplemento, p. 36-49, 1991*

No plano das representações destacam-se o sentimento de vinculação territorial, apoiado numa trajetória histórica comum.

A pesquisa que realizamos, e cujos resultados parciais apresentaremos aqui, insere-se no circuito desta discussão, tentando dialogar com as propostas teóricas definidas pelos trabalhos acima referidos e, ao mesmo tempo, atentando para a medida das possibilidades analíticas destas propostas, se aplicáveis ou não à realidade por nós estudada. Cabe, decerto, algumas considerações acerca da pesquisa propriamente dita, da qual resultou a presente etnografia, as condições em que foi realizada e os objetivos definidos no momento de sua preparação.

Em 1988, no bojo das comemorações do centenário da abolição, os governos federal e estadual passaram a incentivar uma série de atividades de pesquisa sobre a história e as condições de vida das populações negras no Brasil. Na Bahia, três organismos estatais, respectivamente a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IBPC), o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e o Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) celebraram um convênio com vistas ao desenvolvimento de um programa de pesquisa denominado "Projeto Quilombos", cujo objetivo era mapear as comunidades negras, remanescentes ou não de antigos quilombos, para posterior seleção de algumas destas para estudos de caso mais sistemáticos, e a partir daí subsidiar intervenções, principalmente no tocante à regularização fundiária e implementação de programas de extensão rural.

A investigação por nós realizada foi concebida como uma etnografia exploratória, uma espécie de projeto piloto do macro-projeto "Quilombos"<sup>1</sup>. Dispúnhamos, à época, setembro de 1988, de dez dias para recolher dados gerais relativos à organização sócio-cultural de três comunidades negras<sup>2</sup> situadas no município de Rio de Contas, Sudoeste baiano. Optamos pela realização de um censo que foi aplicado ao universo total dos grupos domésticos. Todavia, o trabalho de campo, embora tenha explorado, através de entrevistas qualitativas, o universo representacional daquelas comunidades, não foi suficiente para dar conta do intrincado movimento que elabora a **práxis** dos sujeitos coletivos. Ou

1 Infelizmente, este projeto foi interrompido por razões de ordem político-institucional e apenas um pré-mapeamento dessas comunidades foi realizado, apontando, a primeira vista, para a existência de mais de 100 agrupamentos rurais negros distribuídos pelo Estado da Bahia.

2 De fato, existem hoje apenas duas comunidades. A localidade de Riacho das Pedras, a terceira delas, foi inviabilizada devido a implementação de um projeto governamental, cuja influência na área descreveremos mais adiante.

seja, seria preciso observações mais sistemáticas, e por períodos mais prolongados de situações sociais em que efetivamente se colocassem e expressassem as práticas sociais mais significativas para a definição das identidades sócio-culturais.

O censo recolheu dados abrangentes que permitem uma caracterização dos arranjos econômicos, suas articulações com o meio ambiente, formas de produção, tipos de cultivo, mão-de-obra utilizada, composição demográfica e ainda o traçado do mapa genealógico dessas comunidades. Podemos acrescentar que foram feitas observações, registradas no caderno de campo, sobre representações expressas pelos moradores da cidade em relação aos negros, insuficientes, porém não desprezíveis, para denotar o espaço ocupado pelos negros dos arraiais no imaginário citadino. Assim, o que procuraremos esboçar aqui pode ser descrito como uma tentativa de, à base dos dados etnográficos, apontar alguns caminhos passíveis de serem trilhados por pesquisas ulteriores<sup>3</sup>, capazes de desvelar questões ainda obscuras na definição da identidade coletiva dos negros de Rio de Contas. Neste sentido, apresentaremos um resumo histórico-etnográfico, desenvolvendo em seguida um debate com as categorias teóricas em vigência nos estudos dessa natureza.

#### COMUNIDADE NEGRA DE RIO DE CONTAS: TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Os arraiais negros de Barra e Bananal estão localizados nos vales entre a Serra das Almas e a Serra do Malhado, a cerca de 15 Km a Oeste da cidade de Rio de Contas, sul da Chapada Diamantina. Esta região caracteriza-se fitogeograficamente pela presença de três tipos de vegetação: a caatinga, nas áreas baixas dos vales; a floresta de galeria, acompanhando os cursos d'água; e os campos gerais, que se instalam nas chapadas elevadas, longe dos rios.

As temperaturas anuais oscilam entre 10C e 32C, com índice pluviométrico de 890 mm distribuídos irregularmente durante o ano. Desta forma, o quadro climatológico define-se por um período de excedente hídrico, de dezembro a fevereiro; um de estiagem, abarcando os meses de julho a novembro; e um outro, de transição, correspondente ao intervalo de março a junho.

3 Um projeto com este objetivo vem sendo desenvolvido no âmbito do PPPINB/Mestrado em Sociologia.

Embora a população dos arraiais esteja plenamente adaptada às condições ambientais, o processo de ocupação desta área por um contingente negro continua impreciso e nos remete necessariamente a um conjunto de constrangimentos históricos desencadeados no final do século XVII, com a chegada de colonizadores à região. Segundo Pereira (1940), quando a expedição chefiada pelo sargento-mor Francisco Ramos subia o rio de Contas, na década de 1680, teria encontrado, à margem do rio Brumado, um povoado de negros mocambados, denominado Creoulo, núcleo original da atual cidade de Rio de Contas.

A posição privilegiada deste núcleo, na rota de ligação do vale do São Francisco e Goiás com a capital da colônia, foi o primeiro fator de desenvolvimento local, transformando-o em pouso obrigatório dos viajantes daquelas paragens que se dirigiam à costa, e vice-versa. Todavia, sua importância regional só se consolida no século XVIII, com a descoberta do ouro. A partir de então interrompe-se o registro histórico, pelo menos nas fontes até o momento coligidas, a respeito da população negra primitiva, cujo destino, embora incerto, deve ter mantido estreita relação com as transformações impulsionadas pela empresa mineradora.

A exploração das minas da região prolonga-se durante o século XVIII até o início do século XIX. Concomitantemente, a coroa empreende uma política de fiscalização mais eficiente na área, com vistas a evitar a sonegação do "quinto". Assim, em 1718, cria-se a primeira freguesia do Sertão de Cima, no povoado de Mato Grosso e, em 1724, a Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, atual Livramento do Brumado. Em ambas as localidades são instaladas Casas de Fundação, por provisão do Conselho Ultramarino de 13.10.1726. A transferência da vila para o atual sítio ocorre em 1745, passando a ser designada Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas.

A opulência gerada pelo ouro confere grande prestígio à vila, que vai assumindo o **status** de verdadeira capital regional. Mesmo após o declínio do ouro, continua a ser importante centro de função burocrática, culminando com sua elevação à categoria de cidade em 1885.

O ciclo do ouro em Rio de Contas encerra-se no início do século XIX, com o esgotamento das jazidas. Em 1844, a descoberta de diamantes em Mucugê e Lençóis cria dois novos pólos de atração, que vai minando a já então frágil economia riocontense. Para Mucugê perde Rio de Contas parte da população, atraída pelas lavras de diamantes. Lençóis, por sua vez, rouba-lhe a influência que durante um século exerceu na região.

No que tange aos arraiais negros, nada foi descoberto, até o momento, que permita mapeá-los historicamente. A tradição oral do grupo remete a um momento impreciso de estabelecimento no local, relacionado à ação mineradora. Segundo os arraiaidos, os primeiros habitantes teriam se instalado ali clandestinamente, fugidos, quem sabe, das minas próximas, e assegurado a integridade física através de um acordo de não delação, firmado com garimpeiros ilegais. De nossa parte, podemos categoricamente afirmar, baseados em levantamentos genealógicos, que pelo menos a ocupação de Barra e Bananal remonta a, no mínimo, 130 anos. Desde então a história de seus membros tem estado associada ao que se convencionou designar economia de subsistência de caráter agrícola, entremeada, a partir da década de quarenta, com migrações masculinas temporárias.

Estes dois fatores, produção agrícola local e migração temporária, conformam atualmente o circuito reprodutivo mais amplo dos dois arraiais, articulados da seguinte forma ao longo do ano: no verão, as enchentes dos rios inviabilizam o cultivo no fundo dos vales, quando são então ocupadas com plantio as bases e as partes superiores das encostas - as chamadas roças da chuva -, num trabalho coletivo que envolve toda a mão-de-obra familiar.

Findo o ciclo das águas, são iniciadas as "roças da quaresma" ou "neblina", compreendendo os meses de março a junho; este período de chuvas intermitentes permite a continuação dos cultivos nas bases das encostas e, com a descida dos rios, a retomada da atividade agrícola nas áreas aluvionais. O plantio, a exemplo da "roça da chuva", é feito por toda a coletividade, porém com a saída de parte da população masculina que imigra em julho para as usinas de açúcar de São Paulo ou Paraná, a colheita fica a cargo das mulheres.

A partir de julho principia um longo período de estiagem, que se estende, como já visto, até o mês de novembro. Os cultivos restringem-se, então, às terras baixas, próximas ao rio e beneficiadas por um incipiente sistema de irrigação. Devido ao déficit de mão-de-obra masculina, as mulheres assumem quase totalmente os encargos produtivos. Em novembro tem início o retorno dos migrantes, agora minimamente capitalizados, e os preparativos para as "roças de chuva".

Este circuito reprodutivo precisa ser compreendido em articulação com uma série de atividades complementares, a exemplo da coleta, e mais ainda em consonância com a capacidade de absorção de mão-de-obra nos cultivos domésticos. As migrações masculinas, realizadas no período de estiagem, permitem a compatibilização entre a área ocupada,

os escassos terrenos das terras baixas, e a população presente. Assim, os movimentos migratórios, incorporados a própria reprodução, imprimem traços marcantes na estrutura social. É que, ao provocarem saídas definitivas, diminui a disponibilidade de parceiros para casamento, da qual constitui evidência um número razoável de mulheres idosas solteiras. A dinâmica populacional sofre, portanto, alterações crescentes com a prática migratória. Comparando os números recolhidos pelo nosso censo e aqueles coletados pelo IBGE, oito anos antes, percebemos que houve um crescimento vegetativo da ordem de 26%, enquanto a taxa de incremento real tenha sido de apenas 4%, ou seja, enquanto uns nascem, outros migram.

Tão acentuada é a utilização deste tipo de arranjo que nos dois arraiais remanescentes, pelo menos 84,5% dos chefes dos grupos domésticos registram alguma experiência migratória. Sem contar aquelas saídas realizadas por outros membros das unidades familiares, pois há ainda casos de famílias que contam a história de três gerações de migrantes.

Essa força de trabalho tem sido, tradicionalmente, destinada a certas atividades que não exigem maiores especializações. Agenciada pelos "gatos"<sup>4</sup>, a mão-de-obra dos arraiais acaba, na maioria das vezes, alojada em grandes galpões instalados próximo às plantações de cana de açúcar, encarregada da ceifa e do transporte da cana até as usinas.

Todo esse frágil conjunto de condições de vida, resumidamente exposto, supõe a presença de vínculos organizativos que sustentam os arraiais negros como unidades definidas, ocupando um espaço nas representações coletivas regionais e demarcando internamente os contornos da sua unidade. De início falemos em parentesco, herança e territorialidade. Essas dimensões do universo social estão umbilicalmente articuladas, formando uma teia de interligações que a rede de parentesco de uma história secular de endogamia firmou irremediavelmente. O

parcelamento dos terrenos ocorreu, obviamente, em sucessivas divisões causadas por morte, ou casamento de parentes. Historicamente, a transmissão das posses vem sendo realizada através de um sistema de herança que tem como base a família extensa. Herda-se bilateralmente, não havendo apropriação exclusiva das terras herdadas, pois, em verdade, o que é transmitido é o domínio político sobre os ter-

**4** Denominação dada aos recrutadores de mão-de-obra barata, não especializada, que agem especialmente nas zonas rurais do nordeste do Brasil, intermediando contratos temporários de trabalho para as grandes lavouras monocultoras e suas indústrias no sul do país. É provável que para outros setores econômicos, nos quais a força de trabalho dos arraiais tem se engajado, a construção civil, por exemplo, a intervenção dos "gatos" venha ocorrendo.

renos pertencentes à família extensa. Dessa forma, os filhos recebem de seus pais o direito de explorar áreas que vêm pertencendo à parentela. Gradualmente, através do matrimônio e novos nascimentos, vai se ampliando o domínio sobre uma mesma faixa de território por um número cada vez maior de herdeiros. Assim, às posses primeiras vão se agregando novas áreas pertencentes a outras parentelas. Num determinado momento, graças à bilateralidade do sistema, podemos ter várias gerações de parentes colaterais compartilhando, pelo menos formalmente, do direito à utilização de áreas comuns.

Necessariamente, o partilhamento entre os membros das famílias é algo complexo, definido por eles próprios como um "bolo". Um bolo com fatias cada vez menores, já que foi ao longo do tempo sendo apropriado, em atenção a critérios de ordem político-familiar, nos quais os descendentes masculinos parecem usufruir de certos privilégios. Os produtores nativos desprovidos de terra, temporariamente em alguns casos, são em geral mulheres. Isto parece indicar a existência de regulamentos outros que ordenam a utilização dos solos, garantindo o acesso de uns, em detrimento de outros.

Muito embora o princípio do sistema aponte para uma coletivização dos terrenos, ocorre justamente o contrário com a produção: as posses são exploradas pelos grupos domésticos como unidades autônomas, sendo o resultado das lavouras apropriado internamente às unidades residenciais.

A regulação nativa de acesso à terra, o "bolo", já referido, é com certeza um aspecto fundamental da organização social dos arraiais. Este nosso estudo preliminar consegue apenas esboçar as linhas gerais de seu funcionamento. Evidentemente, tal elemento numa estrutura agrária por excelência, define as formas e os arranjos que possibilitarão a reprodução dos agrupamentos. É ele que, em última instância, determina o direito de acesso ao meio básico de manutenção: a terra.

A organização social se realiza claramente por intermédio de dois elementos fundamentais, território e parentesco, articulados em uma simbiose tão estreita que apenas operacionalmente é possível separá-los. A terra é a referência do parentesco. "Se é do bolo é parente", dizem os nativos. Podemos afirmar que a recíproca é verdadeira, se é parente é do bolo. E óbvio que tal imbricamento é fruto de uma construção histórica comum, envolvendo diversos outros aspectos que remontam a um passado muito longínquo.

Entre esses outros aspectos, registramos uma manifestação lúdica dos arraiais denominada "bendengó". Uma dança acompanhada de roda

e palmas, que se assemelha em muito ao "bendengué", catalogado por Cascudo (1988) como um tipo de jongo realizado originalmente por negros oriundos da Costa de Mina. Reforçando tais semelhanças, podemos acrescentar, segundo informações contidas nos registros do Fórum da cidade, que pelo menos parte da mão de obra escrava trazida para a região procedia daquela mesma área da costa africana.

A realização do bendengó ocorre geralmente dentro das festividades do catolicismo popular praticado nessas localidades. Mesmo incorporado a esse contexto mais amplo, marca explicitamente uma prática eminentemente negra e distintiva.

Essa distinção só pode se concretizar como percepção coletiva, invocada a territorialidade que configura um espaço material e simbólico, lugar do trabalho e da família, apropriado pela comunidade, que inscreve historicamente a sua existência específica.

Esta formação social permaneceu quase inalterada nos últimos anos. Contudo, no plano político, alterações se fizeram notar. Atualmente, nos dois arraiais, lideranças mais formais e coletivas estão constituídas. O processo de emergência desses líderes, porém, teve significativa influência do pároco local. Tal interveniência permitiu que como ministros da igreja, dois nativos assumissem o papel de representantes políticos dos arraiais. Representação que os levou, no último pleito, a concorrerem a uma vaga na câmara de vereadores de Rio de Contas.

Esta descrição sucinta da estrutura social ajuda a clarificar os elementos que concorrem para a reprodução sócio-cultural dessas comunidades. Todavia, para melhor orientar as discussões teremos que tratar de uma série de agentes relacionais que, por suas pertinências históricas de intercâmbio (a exemplo da cidade de Rio de Contas e povoados próximos), ou por contingência de ordem política, se fazem presentes na cena regional. No último caso, enquadra-se o governo federal responsável, através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), por um projeto de desenvolvimento agrícola naquela área. Isso quer dizer que teremos que apreender dois processos distintos e complementares. O primeiro deles diz respeito ao campo forjado diacronicamente, que define as posições e o poder de cada agente coletivo no sistema de trocas materiais e simbólicas.

Será preciso, pois, enveredar pelos processos históricos formadores do município de Rio de Contas e suas fronteiras internas. Por outro lado, a interveniência de um projeto estatal que redefiniu a arena do jogo político local forçou os agentes em causa a reelaborações organizacionais.



Façamos uma breve retrospectiva pelo campo histórico. Rio de Contas foi um município que ocupou, num determinado momento, já referido, um papel importante no cenário regional. Sua economia pujante da época do minério e que lhe concedeu o **status de locus** metropolitano, esvaiu-se com o fim das jazidas. Rio de Contas vive hoje de uma pequena economia isolada, mantida por micros, pequenos e médios agricultores. Mas, se as funções econômicas e as posições a elas vinculadas redefiniram-se, ao longo da história, os traços da estratificação que a formação sócio-econômica imprimiu marcam, ainda hoje, os horizontes das projeções coletivas locais. Num estudo datado da década de cinquenta, o mais sistemático realizado até então, Marvin Harris (1956) descreve a estrutura social de Rio de Contas como um universo bastante hierarquizado. "Pretos pobres" e "brancos ricos" constituíam os pólos da escala social. Estavam em vigência símbolos de distinção, tais como a presença de professores estrangeiros ocupados na educação "refinada" dos filhos dos mais abastados.

Em Rio de Contas convivem hoje os negros dos arraiais, os brancos da vila de Mato Grosso e outras coletividades. Mato Grosso é uma localidade que tem também sua história vinculada ao ciclo da mineração, sua população sendo constituída, ao que se sabe, por descendentes de portugueses. Atualmente, a produção e comercialização de horti-fruti-granjeiros constitui a principal atividade econômica nesta localidade. Segundo os arraiaidos e os próprios moradores da cidade, prevalece a endogamia entre os habitantes de Mato Grosso, havendo, inclusive, especificidades em sua dieta alimentar (preferem as massas e biscoitos) e no sotaque. O relacionamento entre as comunidades de Mato Grosso e dos arraiais parece apontar posições estratégicas para o desvelamento da estrutura de diferenças engendradas historicamente, reconhecida nas representações e práticas desenvolvidas no relacionamento inter-grupal em Rio de Contas.

A história oral dos arraiaidos registra, inclusive, os agravos que esta diferença ensejou. Em entrevista realizada com uma das lideranças dos arraiais, são mencionadas as vaias que eram dirigidas aos negros por alguns moradores de Mato Grosso, quando os primeiros por lá passavam "em um tempo de antigamente". Em conversa informal com uma moradora da cidade, ela nos apontou as razões para a imobilidade social dos negros, ou seja, preguiça e gosto pelo ócio, uma espécie de lei do menor esforço, que faz com que trabalhem só o suficiente para a sobrevivência. Se estas representações forem contrapostas à jornada de trabalho nos arraiais, que extrapola comumente dez horas diárias,

veremos que nos movemos na complexa dimensão dos estereótipos culturais.

A Barragem do Rio Brumado, por sua vez, coloca em xeque as possibilidades de reprodução sócio-econômica das coletividades negras de Rio de Contas. O enchimento do lago significou a perda de uma parte considerável das terras férteis disponíveis, e foi responsável pela dissolução do arraial de Riacho das Pedras, ao inundar as vias de ligação com a cidade. A implementação deste projeto estatal beneficiou apenas pequenos, médios e até grandes produtores das cidades circunvizinhas de Livramento de Brumado e Dom Basílio.

Os arraiais sofreram, provavelmente, a maior parte dos prejuízos com a construção da obra. Eles seriam, a princípio, priorizados para incorporação ao projeto de desenvolvimento agrícola do DNOCS. Contudo, o projeto estatal, ao definir critérios para a ocupação da área irrigada, impôs verticalmente um sistema cooperativista, incompatível com o sistema de relações camponesas vigente entre os moradores dos arraiais. De fato, a incompreensão foi a tônica do diálogo entre os técnicos e as comunidades atingidas. Os processos de indenização das terras e benfeitorias inundadas com a formação do lago não chegaram a bom termo, por absoluto desconhecimento da realidade fundiária local, como bem atesta o relatório da Geotécnica<sup>5</sup>:

*"A situação fundiária, principalmente nos locais mais povoados (Barra, Bananal e Riacho das Pedras), é das mais conturbadas. Para ali existem escrituras seculares comprovando o domínio do imóvel, apesar de em muitos não constarem área ou confrontantes [...] criou-se um quadro de difícil reconhecimento [grifos nossos] [...] agravado com a morte ou migração dos herdeiros" (Relatório Geotécnica, 1984:31).*

No dizer dos atingidos, o lago "propicia vida aos de lá e tira dos daqui". A fraqueza, reiterada nos discursos sobre as condições de existência, foi ampliada pelas contradições ensejadas pela obra, alterando substancialmente as condições de reprodução da população.

5 Empresa contratada pelo DNOCS para proceder o diagnóstico de impacto sócio-ambiental do projeto e propor medidas mitigadoras.

## COMUNIDADE, ALTERIDADE E RACISMO

Agora, de posse desses elementos, embora precários, que até aqui vêm sendo articulados, tentemos proceder a um recorte teórico, para dar conta das especificidades deste sistema de diferenças grupais.

Os arraiais negros de Rio de Contas conformam, sem dúvida, uma unidade social específica. O parentesco, a história, o território, o universo lúdico, as atividades e formas de reprodução econômica, todos apontam para a especificidade.

Temos em mente certas inquietações. Recorrendo ao instrumental teórico que tem guiado os estudos sobre as organizações étnicas, podemos prescindir da cultura como algo de substantivo, e reificado nas instituições. O olhar volta-se para os vínculos organizacionais que orientam os indivíduos no sentido de uma "ação comunitária", noção weberiana revalidada em esclarecedor artigo de Carneiro da Cunha (1988).

Ao observarmos os acontecimentos recentes, gerados pelo projeto estatal que resultados tão perversos trouxe àquelas comunidades, somos de pronto induzidos a destacar a incipiência do projeto coletivo dos arraiais. Em uma situação tão liminar, não conseguiram opor mínima resistência à fragilização das suas condições de sobrevivência, mesmo quando o desaparecimento de uma das suas unidades locais tornou-se inevitável. Com que sentimento de alteridade estaremos nos defrontando? A estrutura social vigente em Rio de Contas denota alguma impermeabilidade cultural que o isolamento determinou?

Por ora, retomemos o contraponto com os estudos voltados para a área rural, de que falamos na introdução. Em todos predomina a ênfase etnográfica, ao tratar a organização social como conjunto de relações de produção, parentais e de solidariedade, no qual as vinculações territoriais demarcam fronteiras muito nítidas. As etnografias efetivamente retratam estruturas sócio-culturais e políticas semelhantes. Os liames, materiais e simbólicos, organizam um sistema de unidades camponesas com evidentes traços distintivos em relação aos grupos circundantes.

A categoria "bairro rural", formulada por Cândido (1977) e revisitada pelos estudos atuais, reveste-se de certas limitações analíticas, forja um recorte que congela as entidades sociais em espaços auto-reprodutivos, eludindo articulações mais abrangentes, e servindo apenas para constituir uma categoria homogênea capaz de ser operacionalizada através da catalogação de itens, a exemplo dos procedimentos dos antigos culturalistas. Os trabalhos que se serviram dessa categoria acabaram por

privilegiar, ao fim de suas análises, o isolamento dos agrupamentos estudados como função de sua reprodução, sem apreendê-los no jogo constante de auto-classificações, ensejadas por condições de possibilidades relacionais. É que ao reificar a noção, reifica-se a realidade.

No caso particular dos agrupamentos negros de Rio de Contas, as informações até agora disponíveis remetem a uma unidade histórica específica, constituída, porém, não pelo auto-isolamento, mas pelo isolamento resultante de um tipo de racismo que se afasta da imagem tradicional, elaborada para dar conta do racismo "à brasileira" e "cordial", construída a partir das teorias de Freyre (1933). A apreensão do universo de relações que circunscreve a organização social destes agrupamentos requer uma análise das condições históricas particulares que o forjou e aponta para o caráter diferenciado da clivagem racial operada nesse contexto. Podemos, inclusive, chamar a atenção para as similaridades desta clivagem com relação às comunidades investigadas por Monteiro (1985) e Soares (1981).

O estudo de Harris descreve, como já aludimos, uma organização sócio-econômica e política na qual o critério racial é assaz importante, como afirma o autor: "Em Minas Velhas (i.e. Rio de Contas) a raça ajuda a produzir a mais significativa clivagem social da cidade" (Harris, 1956: 127-8). As relações sociais em Rio de Contas configuram um quadro que atualiza a temática do racismo, um racismo histórico, fundado sob a égide de uma estratificação impermeável e de estereótipos culturais, cuja significação remonta a supostas diferenças biológicas, definindo atributos e circunscrevendo unidades sociais particulares. O historiador Fernand Braudel, ao comentar o livro de Harris, surpreende-se com a "anormalidade" da questão racial em Rio de Contas. Não poderia ser de outro modo, na medida em que Braudel tem como base as considerações de Freyre, o que o leva a concluir que "seguramente esse racismo, bastante benigno, de pequena cidade, se existe, não parece entrar na linha histórica do passado brasileiro..." (Braudel, 1969:230).

No dizer dos negros de Barra e Bananal, "aqui não se mistura, é um sangue só". Sangue e substância orgânica que os homens traduzem em significados, podendo transmitir qualidades e defeitos, ou irremediáveis condições de existência. As condições de uma unidade, fruto de um preconceito secular, revitalizado constantemente pelos signos de pertinência a um território, a uma comunidade de iguais em cor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIOCCHI, Mari de Nazaré.

1983 *Negros do Cedro*. Estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: Ática, Brasília: INL/Fundação Nacional Pró-Memória.

BANDEIRA, Maria de Lourdes.

1988 *Território negro em espaço branco*. Estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense/CNPq,

BRAUDEL, Fernand.

1969 No Brasil baiano: o presente explica o passado. In: \_\_\_\_\_ *Escritos sobre a História*, São Paulo: Perspectiva.

CÂNDIDO, Antonio.

1977 *Os parceiros do Rio Bonito*. 4.ed. São Paulo: Liv. Duas Cidades.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.

1988 Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível. In: \_\_\_\_\_ *Antropologia do Brasil*, São Paulo: Brasiliense.

CASCUDO, Luis Câmara.

1988 *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Itatiaia.

FREYRE, Gilberto.

1933 *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio.

GEOTÉCNICA.

1984 *Relatório técnico*, [s.l.], DNOCS (mimeo).

HARRIS, Marvin.

1956 *Town and Country in Brazil*. New York: Columbia University Press.

MONTEIRO, A. M. de Queiroz.

1985 *Castanho: etnografia de um bairro rural de negros*. Recife. Fund. Joaquim Nabuco/Massangana.

PEREIRA, G. de A.

1940 *Minas do rio de Contas*. Salvador: IGHBA.

QUEIROZ, Renato.

1983 *Caipiras negros do Vale do Ribeira*. São Paulo: FFCHU/  
USP.

SOARES, Luis Eduardo.

1981 *Campesinato, ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar.

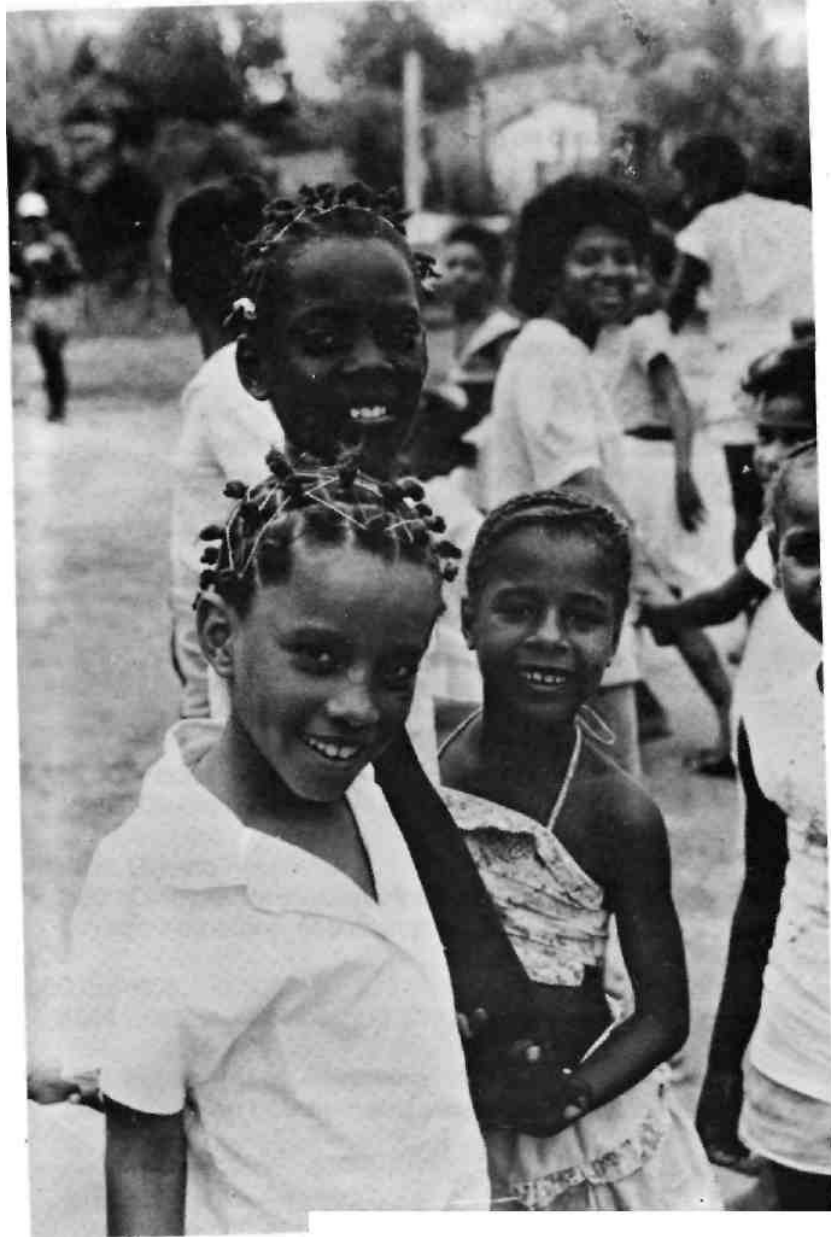


Foto: Lázaro Roberto Zumvi -  
arquivo fotográfico